

FLEURY E MALUF MANOBRAM JUNTOS PARA LANÇAR TÍTULOS

O pretexto é pagar velhas dívidas judiciais. O BC diz que a operação é ilegal.

O governador de São Paulo, Luiz Antonio Fleury Filho, e o prefeito da Capital, Paulo Salim Maluf, associaram-se em uma manobra política para conseguir que o Senado aprove na próxima terça-feira — em regime de “urgência-urgentíssima” — uma autorização de emissão recorde de R\$ 2,2 bilhões (ou US\$ 2,6 bilhões) em títulos estaduais e municipais. O pretexto de ambos é o pagamento de velhas dívidas judiciais. Com isso, Fleury aumentaria a dívida mobiliária do Estado em 21,5%, às vésperas de terminar o governo. Maluf ampliaria o passivo municipal em 39,1%.

O Banco Central concluiu que tais operações, se concretizadas, seriam ilegais, porque os pedidos do Estado e da Prefeitura se enquadram apenas como simples e novas emissões de títulos, o que foi proibido pela Constituição até 1999. E mais: aumentariam em muito as dívidas do Estado e da Prefeitura, agravando os custos de seu financiamento, que se tornaram elevados o suficiente para comprometer a estabilidade financeira do principal gestor dessas dívidas, o Banco do Estado de São Paulo (Banespa).

Fleury e Maluf com o apoio do senador Gilberto Miranda (PMDB-AM), o relator no plenário dos pedidos do Estado e do Município, encontraram uma fórmula para evitar o veto da Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde as



Fernando Sampaio/AE — 16/10/94

Fleury: mais R\$ 1,6 bilhão.

avaliações do BC costumam ter peso decisivo. O senador requereu votação direta em plenário, em regime de “urgência-urgentíssima”. Trata-se de um artifício regimental que, neste caso, evita o processo normal de votação no Senado, que começaria pela Comissão de Assuntos Econômicos. Com isso, os pedidos foram direto para a pauta de votação do plenário do Senado, na quinta-feira. Como não houve quórum, a decisão foi adiada para a próxima terça, quando se programa um “esforço concentrado” sobre o Orçamento da União para 1995.

Fleury quer emitir títulos no valor equivalente a R\$ 1,6 bilhão (ou US\$ 1,8 bilhão). Maluf programa emissão de R\$ 600 milhões (US\$ 702 milhões).



Orlando Kissner/AE — 28/11/94

Maluf: mais R\$ 600 milhões.

A eventual aprovação do pedido de emissão de Fleury resultaria em aumento de 21,25% na dívida mobiliária do Estado de São Paulo que, segundo o BC já somava R\$ 7,8 bilhões (US\$ 9,2 bilhões) no final de agosto.

Em suas análises enviadas ao Senado, o BC chama a atenção para o fato de que, desde julho, vêm aumentando as dificuldades do governo paulista para financiar sua dívida no mercado financeiro. Adverte que essas dificuldades podem se agravar “caso se concretize a nova emissão”.

Já no caso da Prefeitura de São Paulo a nova emissão representaria aumento de 39,19% na sua dívida mobiliária, que era de R\$ 1,5 bilhão (US\$ 1,7 bilhão) em agosto. De acordo com o BC, o governo Maluf vem finan-

ciando a dívida municipal a um custo elevado, baseado na taxa paga pelos papéis estaduais mais um “spread”. O BC afirma, em relatório, que esse custo excessivo tem origem em um “provável acordo” entre o governo Maluf e o Banespa (o banco estadual responsável pelo giro das dívidas estadual e municipal).

Negócios e política

O êxito da manobra engendrada por Fleury e Maluf para obter mais dinheiro lançando novos títulos na praça depende muito do senador Gilberto Miranda, que ganhou fama dentro e fora do Congresso por gastar o tempo misturando negócios com política. Miranda, empresário que construiu riqueza na esteira das facilidades da Zona Franca de Manaus, pertence à categoria dos congressistas eleitos sem um único voto: foi suplente do senador Amazonino Mendes, que em 1992 ganhou a prefeitura da capital do Amazonas. E aí virou senador pelo PMDB. Sua ascensão no círculo do poder, em Brasília, aconteceu durante o governo Fernando Collor de Mello, que deu a seu irmão, Egberto Baptista, uma das áreas mais estratégicas do governo, a Secretaria de Desenvolvimento Regional — por onde passavam todas as decisões relevantes sobre projetos empresariais na Zona Franca de Manaus.

José Casado